CPI da Saúde encerra fase de depoimentos e avança para relatório final com últimas revelações sobre gestão da pasta

Comissão encerra investigações com oitiva de ex-secretária e prepara conclusões sobre pagamentos indenizatórios na Saúde

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Saúde da Assembleia Legislativa de Mato Grosso finalizou, nesta quarta-feira (25), a fase de depoimentos com o interrogatório da advogada e ex-secretária de Estado de Saúde Kelluby de Oliveira Silva, que compareceu como testemunha na Sala das Comissões Sarita Baracat.

Com o encerramento desta etapa investigativa, a comissão prossegue para a redação do relatório conclusivo, que será posteriormente submetido ao escrutínio dos integrantes da CPI e, em seguida, apreciado pelo Plenário da Casa.

O presidente da comissão, deputado estadual Wilson Santos (PSD), conduziu a sessão focando na atuação de Kelluby dentro da pasta de Saúde, particularmente examinando a emissão de pareceres jurídicos, as transações indenizatórias, os procedimentos de licitação, a supervisão de contratos com entidades hospitalares e o atendimento das determinações estabelecidas por organismos fiscalizadores.

Kelluby de Oliveira Silva ingressou na Secretaria de Estado de Saúde em fevereiro de 2019, atuando na assessoria jurídica. Ela assumiu a liderança da secretaria em abril de 2022, permanecendo nesta função até dezembro do mesmo ano, quando transitou para o cargo de secretária adjunta executiva em janeiro de 2023.

Um dos temas centrais do interrogatório foi o crescimento significativo nos pagamentos indenizatórios. Conforme apontado pelo presidente da CPI, esse mecanismo deveria ser aplicado apenas em situações extraordinárias, contudo os levantamentos da comissão revelaram movimentação de aproximadamente R$ 2 bilhões nesta modalidade.

O deputado também investigou o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) nº 001/2019, celebrado em 27 de maio de 2019 entre a Secretaria de Saúde e o Ministério Público Estadual. Este acordo previa, entre seus objetivos principais, a diminuição das indenizações e a normalização das contratações mediante processos licitatórios adequados.

Kelluby atribuiu a frequência elevada de pagamentos indenizatórios à lentidão dos trâmites licitatórios e à urgência em preservar os atendimentos na área de saúde. A ex-titular da pasta explicou que os procedimentos administrativos transitavam por múltiplos departamentos, cabendo ao setor jurídico apenas avaliar a conformidade legal, sem competência para autorizar os desembolsos.